

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº:	1002950-23.2017.8.26.0566
Classe - Assunto	Procedimento Comum - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
Requerente:	Jhessica Fernanda Vianna da Silva
Requerido:	Banco Ibi (Nova Denominação Bradescard) S/A

JHESSICA FERNANDA VIANNA DA SILVA ajuizou ação contra **BANCO IBI (NOVA DENOMINAÇÃO BRADESCARD) S/A**, pedindo a declaração de inexistência do débito lançado em seu nome, a exclusão da anotação em cadastro de devedores e a condenação do réu ao pagamento de indenização por dano moral. Alegou, para tanto, que desconhece a dívida a ela atribuída pelo réu.

Indeferiu-se a tutela de urgência.

O réu foi citado e apresentou defesa, aduzindo a legalidade da cobrança em razão da inadimplência da autora e a ausência de dano moral indenizável.

Manifestou-se a autora, insistindo nos termos iniciais.

É o relatório.

Fundamento e decidido.

A autora teve seu nome inscrito em cadastro de devedores por suposta dívida contraída junto ao réu, contudo não há qualquer documento nos autos que comprove a relação jurídica existente entre as partes, apta a ensejar a cobrança do débito discutido.

Evidentemente, não caberia a ela o ônus de provar a inexistência de transação com o réu, pois não há como atribuir-lhe a prova de fato negativo. Por essa, era dever do réu apresentar o contrato entabulado e demonstrar a legalidade da cobrança, tanto por força da inversão do ônus da prova prevista no artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, quanto pela regra estabelecida no artigo 373, inciso II, do Código de Processo Civil.

Refiro precedentes do E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

1002950-23.2017.8.26.0566 - lauda 1

PODER JUDICIÁRIO**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

"AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. Negativação do nome do autor junto a órgãos de proteção ao crédito. Abusividade. Inexistência de relação jurídica a embasar a inscrição do nome. Enunciado nº 24 desta Câmara. Ônus da prova da ré. Art. 6º, VIII do CDC. Inscrição indevida. Necessidade de concretização da exclusão de referida inscrição. Dano moral. Descabimento. Existência de apontamentos em nome do autor. Aplicação da Súmula 385 do STJ. RECURSO PROVIDO, EM PARTE." (Apelação nº 1000815-21.2014.8.26.0347, 3ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Beretta da Silveira, j. 14/06/2016).

"AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C.C. INDENIZATÓRIA POR DANO MORAL - Inclusão do nome do autor em cadastros de inadimplentes em virtude de débito que, segundo o réu, decorre de contrato de conta-corrente - Ausência de prova convincente nesse sentido - Legitimidade da cobrança não demonstrada - Débito que, portanto, deve ser declarado inexistente - Dano moral que, em tese, se caracteriza *in re ipsa* - Existência de apontamento de débito anterior que, contudo, afasta a pretensão indenizatória, ante o proclamado pela Súmula 385 do STJ - Sentença de parcial procedência mantida - Recursos não providos." (Apelação nº 0000600-93.2014.8.26.0660, 17ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Paulo Pastore Filho, j. 03/03/2017).

"APELAÇÃO - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C RESSARCIMENTO DE DANOS MORAIS - ANOTAÇÃO INDEVIDA - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO POR PARTE DO APELADO DA CONTRATAÇÃO PELA APELANTE DOS CONTRATOS QUE ORIGINARAM A INSCRIÇÃO DE SEU NOME JUNTO AOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. Tratando-se de relação consumerista e, tendo em vista a impossibilidade da Apelante fazer prova negativa de que não firmou os contratos objetos da presente lide, resta patente que a sentença ora recorrida efetivamente deve ser reformada neste ponto para que sejam declarados inexigíveis os débitos inscritos indevidamente em seu nome junto aos órgãos de proteção ao crédito. RECURSO PROVIDO NESTE PONTO." (Apelação nº 1000028-75.2015.8.26.0405, 38ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Eduardo Siqueira, j. 30/08/2016).

O dano moral é presumido, consequência direta da indevida inscrição do nome da autora em cadastro de devedores, por dívida inexistente. Nesse sentido, é pacífica a jurisprudência do E. Superior Tribunal de Justiça:

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. MANUTENÇÃO INDEVIDA DA INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. DANO MORAL CARACTERIZADO. VALOR. RAZOABILIDADE. 1. A manutenção indevida do nome da devedora no cadastro de inadimplentes enseja o dano moral in re ipsa, ou seja, dano vinculado à própria existência do fato ilícito, cujos resultados são presumidos. 2. A fixação da indenização por danos morais baseia-se nas peculiaridades da causa. Assim, afastando a incidência da Súmula nº 7/STJ, somente comporta revisão por este Tribunal quando irrisória ou exorbitante, o que não ocorreu na hipótese dos autos, em que o valor foi arbitrado em R\$ 9.000,00 (nove mil reais). Precedentes. 3. Agravo regimental não provido." (AgRg no REsp 1342805/RS, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe 23.3.2015).

"PROCESSUAL CIVIL E DIREITO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. COBRANÇA INDEVIDA DE SERVIÇO DE TELEFONIA. INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. DANO MORAL. REVISÃO DO QUANTUM. SÚMULA 7/STJ. 1. A inscrição indevida do nome do usuário de serviço público em cadastro de inadimplentes gera o direito à indenização, independentemente da comprovação do dano moral, que, na hipótese, é in re ipsa. 2. Ressalvadas as hipóteses de valor irrisório ou excessivo, é vedada, no âmbito do recurso especial, a rediscussão do montante indenizatório. Incidência da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no REsp 1481057/SC, Rel. Ministro OG FERNANDES, DJe 18.3.2015).

A indenização se estabelece por juízo prudencial: "Indenização. Dano moral. Arbitramento. Critério. Juízo prudencial. A indenização por dano moral é arbitrável, mediante estimativa prudencial que leve em conta a necessidade de, com a quantia, satisfazer a dor da vítima e dissuadir, de igual e novo atentado, o autor da ofensa." (RJTJESP-Lex, 156/95). Estabelece-se, então, o valor de R\$ 10.000,00.

Diante do exposto, **acolho os pedidos** para declarar a inexistência da relação jurídica de débito e crédito entre a autora e o réu, no tocante ao apontamento em cadastro de devedores, e determinar o cancelamento das respectivas anotações.

Ao mesmo tempo, condeno o réu ao pagamento de indenização por dano moral, arbitrada em R\$ 10.000,00, com correção monetária a partir desta data e juros moratórios à taxa legal, contados deste a data do registro do apontamento (Súmula 54 do STJ), além das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios do patrono da autora fixados em 10% do valor da condenação.

PODER JUDICIÁRIO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Publique-se e intímem-se.

São Carlos, 18 de maio de 2017.


Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**